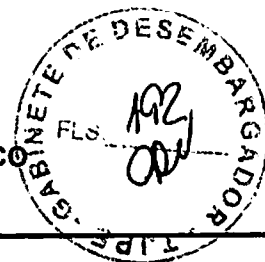




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



## **QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

PROCESSO Nº 0266632-8

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: PAULO SEVERINO DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA GONÇALVES FONTES

**EMENTA:** APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO QUALIFICADO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RESIGNAÇÃO QUANTO À DECISÃO DE MÉRITO. DOSIMETRIA. PLEITO DE REDUÇÃO DA REPRIMENDA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVAMENTE VALORADAS PELO MAGISTRADO SENTENCIANTE. AFASTAMENTO DA PENA-BASE DO MÍNIMO LEGAL PLENAMENTE JUSTIFICADO. INVERSÃO ENTRE A SEGUNDA E A TERCEIRA FASE DA APLICAÇÃO DA PENA. CORREÇÃO. DIMINUIÇÃO DA PENA EM (04) QUATRO MESES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. UNANIMIDADE.

1. A ocorrência de circunstâncias judiciais desfavoráveis justifica a fixação da pena-base acima do mínimo legal.

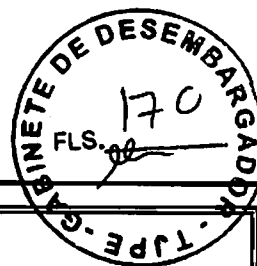
2. Equívoco do Magistrado de 1º grau que inverteu a segunda e a terceira fase da aplicação da pena ao atribuir a majoração relativa as causas de aumento dos incisos I e II do §2º do art. 157 do Código Penal antes da aplicação da atenuante de confissão prevista no art. 65, III, "d" do mesmo Diploma Legal. Correção da reprimenda. Ao observar o critério trifásico, a pena é de ser reduzida em 04 (quatro) meses, resultando definitiva em 11 (onze) anos de reclusão.
3. Mantidos os demais termos da condenação.
4. Apelo provido parcialmente. Unanimidade.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 266632-8 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em **dar provimento parcial ao recurso interposto em favor do apelante**, nos termos do voto da Turma.

Recife, 22 de março de 2013.

  
Des. Gustavo Augusto Lima  
Relator



## **QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0266632-8**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: PAULO SEVERINO DA SILVA**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA**

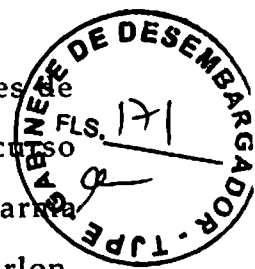
**PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA GONÇALVES FONTES**

### **RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de apelação interposto pela defesa de **Paulo Severino da Silva** em face da decisão de fls. 125/129 da lavra do Exmo. Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru que julgou procedente a denúncia para condená-lo à pena de 11 (onze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão em regime inicialmente fechado e 20 (vinte) dias-multa à base de 1/30 (um trigésimo) do valor do salário mínimo vigente à época dos fatos, em razão da prática do crime previsto no art. 157, §2º, I e II c/c art. 71, ambos do Código Penal.

Foi oferecida a denúncia de fls. 01A/01D na qual consta o relato de que no dia 19 de janeiro de 2019, por volta das 21:40h, no Bairro do Salgado, Caruaru, o ora apelante, em concurso com o adolescente Marcelo Márcio Belarmino dos Santos, subtraiu, mediante grave ameaça exercida através de arma de fogo, um celular da vítima Anderson Vagner dos Santos quando o mesmo encontrava-se sentado em frente à residência de sua namorada.

Em seguida, por volta das 22:15h, nas mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução, o recorrente, outra vez, em concurso com o menor, subtraiu, mediante grave ameaça exercida através de arma de fogo, 02 (dois) celulares das vítimas Jackson Martins da Silva e Marlon.



A defesa ofereceu as razões recursais às fls. 135/137, requerendo o redimensionamento da pena-base fixada na sentença, com a valoração adequada das circunstâncias judiciais.

O Representante do Ministério Público, nas contrarrazões às fls. 142/145, repeliu os argumentos da defesa, requerendo a manutenção da sentença condenatória.

A douta Procuradoria, através do parecer de 167/168, opinou pelo não provimento da apelação, considerando que a dosimetria foi acertadamente realizada pelo Juízo de 1º grau.

#### É O RELATÓRIO.

À Douta Revisão.

Recife, 01 de outubro de 2012.

  
Des. Gustavo Augusto Lima  
Relator



180

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

PROCESSO Nº 0266632-8

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: PAULO SEVERINO DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA GONÇALVES FONTES

**VOTO**

Em favor de Paulo Severino da Silva foi interposto recurso de apelação em face da sentença condenatória de fls. 125/129 que impôs pena definitiva de 11 (onze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão em regime inicialmente fechado e 20 (vinte) dias-multa à base de 1/30 avos do salário mínimo legal, pela prática do ilícito tipificado no art. 157, § 2º, I e II c/c art. 71, ambos do Código Penal.

Nas razões recursais, a defesa pleiteia, em síntese, a reforma da sentença condenatória para reduzir o *quantum* da reprimenda, tendo em vista que extrapolou os limites da razoabilidade.

Nas contrarrazões, o Representante do Ministério Público se manifestou pelo não provimento do recurso, rebatendo todos os argumentos da defesa, requerendo, pois, a manutenção integral da combatida sentença.

A autoria e materialidade estão comprovadas e nem sequer são discutidas no presente recurso, que se limita a buscar o redimensionamento da pena privativa de liberdade.

Pois bem.

Após detida análise dos autos, concluo que o apelo defensivo não merece prosperar.

Necessário consignar, primeiramente, que o Código Penal, adotou o critério trifásico proposto por Nélson Hungria, determinando que a pena seja aplicada em três fases distintas.

Inicialmente, o julgador determinará o *quantum* da pena-base, sobre a qual incidirão os demais cálculos, fundamentando sua decisão com lastro no art. 59 do Código Penal, analisando as circunstâncias judiciais descritas no referido dispositivo.

Após a fixação da pena-base, são ponderadas as circunstâncias atenuantes e agravantes, previstas na parte geral do Código Penal (arts. 61 e 65 do Código Penal).

Por fim, a última fase destina-se ao acolhimento de eventuais causas de aumento e de diminuição da pena. Tais causas podem vir previstas tanto na parte geral quanto na parte especial do Código Penal, e o *quantum* de redução ou de aumento é apresentado em frações pela legislação.

Depreende-se dos autos que o Juízo sentenciante observou o critério trifásico e, avaliando as circunstâncias judiciais, escolhendo, dentro do grau de discricionariedade que lhe é permitido, a pena-base entre os parâmetros estabelecidos para o crime de roubo qualificado.

Ora, considerando que a culpabilidade da conduta é elevada e que as circunstâncias e as consequências do delito são graves, o ilustre Juiz de primeiro grau fixou a pena-base em 06 (seis) anos de reclusão, senão vejamos:

182

(...)

**DOSIMETRIA E FIXAÇÃO DA PENA:**

Atendendo as diretrizes traçadas pelo art. 59 do Código Penal, que lhes são desfavoráveis, passo a dosar a reprimenda penal.

**CULPABILIDADE** – Tenho que a culpabilidade do apenado está evidenciada e é elevada, merecendo acentuada reprovação.

**ANTECEDENTES** – O réu não registra antecedentes criminais (fls. 64).

**CONDUTA SOCIAL** – Não há nos autos outras razões que desabonem a conduta do apenado.

**PERSONALIDADE** – O réu não apresenta desvio de personalidade.

**MOTIVOS** – Os motivos são injustificáveis, eis que o réu deveria procurar outros meios de suprir suas necessidades, mas optou por auferir indevida vantagem em detrimento de terceiro.

**CIRCUNSTÂNCIAS** – As circunstâncias do fato são desfavoráveis ao réu, eis que o além de fazer-se acompanhar por pessoa menor de 18 anos, ainda fez uso de arma de fogo para ameaçar as vítimas.

**CONSEQUÊNCIAS** – As consequências são próprias do tipo, deixando geralmente em suas vítimas, seqüelas não só patrimoniais, mas, sobretudo, psicológicas.

**COMPORTAMENTO DAS VÍTIMAS** – O comportamento das vítimas em nada influenciou para a produção do evento delituoso.

Estribado nas circunstâncias judiciais acima, fixo a pena base em seis (06) anos de reclusão, a qual aumento em 1/2 (metade), em razão dos incisos I e II do § 2º, do art. 157 do Código Penal, perfazendo-a em nove (09) anos de reclusão.

(...)

Como visto, na primeira fase, correta e proporcional a exasperação operada pelo Juízo de primeiro grau, na medida em que sopesou as circunstâncias judiciais dispostas no artigo 59, do Código Penal. O crime foi perpetrado na companhia de adolescente e mediante uso de arma de fogo para a intimidação das vítimas. A pena-base foi

fixada, então, em 06 (seis) anos de reclusão, a qual foi aumentada em metade (*in casu*, três anos), consideradas as qualificadoras do emprego de arma de fogo (inciso I) e do concurso de pessoas (inciso II), perfazendo o *quantum* de 09 (nove) anos de reclusão.

Ora, é cediço que existindo ao menos uma circunstância desfavorável, o Juízo de 1º grau está autorizado a fixar a pena-base acima do mínimo legal, de sorte que, pelo visto não há qualquer incoerência nesta fase da dosimetria.

Por oportuno, colaciono os seguintes precedentes:

**TJAP:** *Somente quando todos os parâmetros norteadores do art. 59 favorecem o acusado é que a pena-base deve ser estabelecida no seu menor quantitativo, de sorte que deverá residir acima deste, toda vez que pelo menos uma das circunstâncias judiciais militar em seu desfavor (RT 767/620).*

**STF:** *As circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP são da discricionária apreciação do magistrado, que, ao fixar a duração da pena não está obrigado a analisar exaustivamente cada uma delas, bastando fixar-se nas reputadas decisivas para a dosagem". (RT 641/398).*

Na segunda fase, o pleito de reconhecimento da atenuante de confissão espontânea feito em sede de alegações finais foi atendido pelo Magistrado *a quo* que reduziu a reprimenda em 06 (seis) meses.

Por derradeiro, na terceira fase, restando comprovado que houve crime continuado (art. 71 do Código Penal), em consonância com os patamares estabelecidos no precitado dispositivo, a pena foi aumentada em 1/3 (um terço), perfazendo 11 (onze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa.



Cuido, pois, que proporcional a fração escolhida para a determinação de tal *quantum*, concluindo pela fixação de pena correta e justa ao sentenciado.

Finalmente, pelo patamar definitivo da pena aplicada, irretoçável o regime inicial para cumprimento da reprimenda, no fechado.

A pena de multa revela-se adequada, não merecendo qualquer reparo.

Por todo o exposto, considerando os argumentos acima expendidos, voto pelo não provimento do recurso interposto em favor do apelante, mantendo-se a sentença condenatória em todos os seus termos.

É COMO VOTO.

Recife, 22 de 03 de 2013.

  
Des. Gustavo Augusto Lima  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000692-54.2009.8.17.0480(0266632-8)  
COMARCA : CARUARU – 4ª VARA CRIMINAL  
APELANTE : PAULO SEVERINO DA SILVA  
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
RELATOR : DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA  
REVISOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO  
PROCURADORA : ADRIANA FONTES

**VOTO DE REVISÃO**

Trata-se de recurso de apelação criminal manejado por **PAULO SEVERINO DA SILVA**, inconformado com a decisão do Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, que nos autos do processo crime nº 0000692-54.2009.8.17.0480, o condenou nos termos do art.157, §2º, I e II c/c art.71, ambos do CP<sup>1</sup> à pena de 11(onze) anos e 4(quatro) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado e ao pagamento de 20(vinte) dias-multa.

Às fls. 125/129 encontra-se a sentença condenatória.

Em razões de recurso, às fls.135/137, a defesa alega que a pena aplicada ao réu foi exacerbada, requerendo em razão disso a reforma do *decisum* condenatório para que seja diminuída a sanção fixada pelo juiz a quo.

Em contrarrazões às fls.142/145, o *parquet* defende a manutenção da sentença vergastada em todos os seus termos, argumentando não haver quanto a esta qualquer irregularidade.

<sup>1</sup> CP

**Roubo**

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas.

**Crime continuado**

Art. 71 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Procuradora Adriana Fontes, ofertou parecer às fls. 167/168, opinando pelo improvimento do recurso.

Relatório lançado à revisão em 01/10/2012.

Narra a peça vestibular, às fls. 01-A/01-D, que no dia 19/01/2009, por volta das 21h40min, no bairro do Salgado, no Município de Caruaru, o apelante, em concurso com o adolescente Marcelo Márcio Belarmino dos Santos, subtraiu, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, da vítima Anderson Vagner dos Santos, 01 (um) celular da marca Nokia.

Em seguida, por volta das 22h15min, nas mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução, o acusado novamente em concurso com o menor, subtraiu, mediante grave ameaça com emprego de revólver calibre 38, das vítimas Jackson Martins da Silva e Marlon, 02(dois) celulares, um Sony Ericsson de cor preta e um Siemens de cor prata.

O réu e o menor abordaram as vítimas em uma motocicleta Honda, modelo CG-125 FAN, guiada pelo adolescente.

Logo em seguida aos crimes, policiais localizaram e prenderam os suspeitos, encontrados com o revólver descrito nos autos e os objetos do roubo.

Denunciado como incurso nas penas do art.157, §2º, I e II do CP, o réu foi condenado à pena de 11(onze) anos e 4(quatro) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado e ao pagamento de 20(vinte) dias-multa.

Insurge-se a defesa contra o *decisum* condenatório, aduzindo que a pena aplicada ao apelante foi exacerbada, uma vez que não se coaduna com as circunstâncias judiciais do art.59 do CP.

Pois bem.

A materialidade delitiva é irretorquível, bem como a autoria e não são questionadas pelo apelante.

No que se refere à dosimetria penal, não há que se falar em excesso no *quantum* da pena-base aplicada, definida em 6(seis) anos de reclusão, ou seja, 2(dois) anos acima do mínimo legal.

M



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

Transcrevo o trecho da sentença em que o magistrado a quo realizou a dosimetria da pena:

"Passo a fixar a pena, com fundamento nos artigos 59 e 68 do Código Penal.

**DOSIMETRIA E FIXAÇÃO DA PENA:**

Atendendo as diretrizes traçadas pelo art. 59 do Código Penal, que lhes são desfavoráveis, passo a dosar a reprimenda penal.

**CULPABILIDADE** - Tenho que a culpabilidade do apenado está evidenciada e é elevada, merecendo acentuada reprovação.

**ANTECEDENTES** - O réu não registra antecedentes criminais (fls. 64).

**CONDUTA SOCIAL** - Não há nos autos outras razões que desabonem a conduta do apenado.

**PERSONALIDADE** - O réu não apresenta desvio de personalidade.

**MOTIVOS** - Os motivos são injustificáveis, eis que o réu deveria procurar outros meios de suprir suas necessidades, mas optou por auferir indevida vantagem em detrimento de terceiro.

**CIRCUNSTÂNCIAS** - As circunstâncias do fato são desfavoráveis ao réu, eis que o além de fazer-se acompanhar por pessoa menor de 18 anos, ainda fez uso de arma de fogo para ameaçar as vítimas.

**CONSEQUÊNCIAS** - As consequências são próprias do tipo, deixando geralmente em suas vítimas, seqüelas não só patrimoniais, mas, sobretudo, psicológicas.

**COMPORTAMENTO DAS VÍTIMAS** - O comportamento das vítimas em nada influenciou para a produção do evento delituoso.

Estribado nas circunstâncias judiciais acima, fixo a pena base em seis (06) anos de reclusão, a qual aumento em 1/2 (metade), em razão dos incisos I e II do § 2º, do art. 157 do Código Penal, perfazendo-a em nove (09) anos de reclusão.

Em reconhecimento à confissão espontânea do acusado perante este Juízo, reduzo a pena em seis (06) meses de reclusão, definindo-a em oito (08) anos e seis (06) meses de reclusão.

Atendendo aos preceitos do art. 71, do CP, aumento a pena fixada em 1/3 (um terço), impondo-lhe, portanto, a pena em caráter definitivo, ante a ausência de outras causas modificadoras em onze (11) anos e quatro (04) meses de reclusão e multa que, tendo em vista os critérios legais, fixo em vinte (20) dias multa, esta no valor de um



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

*trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do fato, a qual será atualizada pelo índice de correção monetária quando da execução".*

Como visto, o magistrado sentenciante valorou negativamente ao réu quatro das circunstâncias judiciais do art.59 do CP (culpabilidade, motivos, circunstâncias, comportamento das vítimas), de modo que a pena-base não poderia ser estabelecida no patamar mínimo.

Merece ser trazida a lume a seguinte decisão do Supremo Tribunal Federal:

"O Juiz tem poder discricionário para fixar a pena-base dentro dos limites legais, mas este poder não é arbitrário, porque o caput do art.59 do Código penal estabelece um rol de oito circunstâncias judiciais que devem orientar a individualização da pena-base, de sorte que, **quando todos os critérios são favoráveis ao réu, a pena deve ser aplicada no mínimo cominado; entretanto, basta que um deles não seja favorável para que a pena não mais possa ficar no patamar mínimo**" (STF, HC 76.196-GO, 2ª T., rel. Maurício Correa, 29.09.1998, m.v.).

Observe, contudo, que o magistrado a quo equivocou-se ao aplicar a causa de aumento dos incisos I e II, do §2º, do art.157, do CP passando a pena a 9(nove) anos de reclusão) antes de aplicar a diminuição referente à atenuante da confissão.

A dosimetria deve obedecer ao sistema trifásico estabelecido no art. 68 do Código Penal, atendendo a três fases:

1. *Fixação da Pena Base, considerando as circunstâncias judiciais do art.59 do CP;*
2. *Análise das circunstâncias atenuantes e agravantes;*
3. *Análise das causas de diminuição e de aumento;*

In casu, o magistrado de 1º grau aumentou a pena-base em ½(metade), em razão da incidência das causas de aumento dos incisos I e II, do §2º, do art.157, do CP, passando a pena a 9(nove) anos de reclusão, diminuindo posteriormente a pena do réu em 6(seis) meses ao reconhecer a incidência da atenuante do art.65, III, "d", do CP(confissão), e novamente majorando a sanção em 1/3(um terço), em razão da continuidade delitiva,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

passando a pena total do acusado a 11(onze) anos e 4(quatro) meses de reclusão.

Ocorre que, de acordo com o mencionado sistema trifásico, o correto seria diminuir a pena em razão da atenuante da confissão para só depois majorá-la em razão das causas de aumento reconhecidas.

Desse modo, refaço a dosimetria penal tão-somente para corrigir a inversão feita entre a segunda e a terceira fase da aplicação da pena.


Mantendo a pena-base do réu em 6(seis) anos de reclusão, diminuo a pena em 6(seis) meses pelo reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, passando a reprimenda a 5(cinco) anos e 6(seis) meses de reclusão. Ausentes outras circunstâncias atenuantes e/ou agravantes e causas de diminuição, mantenho o aumento da pena pela metade(1/2) em razão das majorantes dos incisos I e II, do §2º, do art.157, do CP, totalizando a sanção 8(oito) anos e 3(três) meses de reclusão. Atendendo aos preceitos do art.71(crime continuado) aumento ainda a pena em 1/3(um terço), **tornando definitiva a pena em 11(onze) anos de reclusão.**

Mantenho a pena de multa aplicada pelo juiz de 1º grau no *quantum* de 20(vinte) dias-multa.

Ante o exposto, **voto pelo provimento parcial do recurso para, corrigindo equívoco do juiz, que inverteu a segunda e a terceira fase da aplicação da pena, diminuir a pena do réu de 11(onze) anos e 4(quatro) meses de reclusão para 11(onze) anos de reclusão, mantendo incólume a sentença em seus demais termos.**

**É como voto.**

Recife, 22 de *março* de 2012.

  
**DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO**  
Revisor